

1ª Ciranda de Direitos leva cidadania para Muçumagro



Com o intuito de promover um dia de cidadania e informação, a Ciranda de Direitos do Curso de Formação de Juristas Populares da Fundação Margarida Maria Alves foi realizada, pela primeira vez, em Muçumagro, no dia 4 de junho. Além do aconselhamento jurídico realizado pelos (as) alunos (as), principal foco da Ciranda, foram oferecidos vários outros serviços para a população do bairro e arredores, através de parcerias firmadas entre a Fundação e o Centro Cultural Alquimista, entidade que sediou o evento.

A Unidade Móvel da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano (SEDH) emitiu 81 RGs, 74 CPFs, 44 Carteiras de Trabalho e 11 Segundas Vias da Certidão de Nascimento. Já vinte pessoas tiraram um tempinho pra

monitorar a saúde verificando a pressão arterial com os profissionais do Centro Tecnológico Paraibano (CETEC). A Oficina de Higiene Bucal Infantil, oferecida em dois horários, com material doado pela Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa, através da Coordenação de Saúde Bucal, atraiu a atenção de mais de 200 crianças.

Enquanto isso, os pais e mães puderam escovar, lavar e cortar seus cabelos com as voluntárias do Studio Center Bela. Nas tendas de aconselhamento jurídico, o movimento foi constante durante toda a manhã. Foram atendidas 18 pessoas com problemas diversos, desde divórcio até aposentadoria por invalidez. Os (as) cursistas auxiliaram a todos

(as), aconselhando-os (as) não só com o auxílio do Direito, mas também com suas vivências pessoais.

De acordo com a coordenadora do Curso de Formação de Juristas Populares, Anna Izabella Chaves Alves, a Ciranda é importante porque proporciona aos (às) cursistas a possibilidade de passar o conhecimento adquirido de maneira direta para a população que, muitas vezes, não sabe onde deve procurar ajuda em situações que envolvem a justiça. Ao todo, estima-se que mais de 300 pessoas tenham participado do evento, que ainda terá mais três edições. A Segunda aconteceu na sede da Fundação, no dia 1º de julho e a terceira está prevista para acontecer em Bayeux.

Editorial

Em tempos de atenção crescente para a preservação do Meio Ambiente, o embate entre Ambientalistas e Ruralistas no novo Código Florestal tomou a cena. Divididos entre interesses de anistia aos desmatadores e cotas de replantio, aguardamos que o assunto seja definido pelo Senado Federal. O ponto crucial é encontrar algo que una o texto defendido pelo deputado Aldo Rebelo e a estadualização da fiscalização, conforme prega o senador Luiz Henrique da Silveira. É verdade que o centro da questão ambiental brasileira não está apenas na fiscalização, mas na maneira que o povo a encara. Sem esta diretriz, o Código poderá ficar distante do povo, pois os crimes ambientais são também o comércio de animais selvagens, a poluição dos rios pela população sem saneamento e milhares de recipientes atirados pelas janelas dos veículos. Além do cultivo de maçã ou de café está a educação ambiental. Como poderemos proceder na preservação de nossas riquezas naturais sem que voltemos os olhos para as necessidades do povo? Como já colocaram, tristeza grande é pensar que a natureza fala e que os homens não a escutam; mas, se os pedidos de socorro da natureza estão encobertos por necessidades básicas do próprio homem, como podemos esperar que ele a dê ouvidos?

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da
Fundação de Defesa dos Direitos
Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Andréia Martins (DRT 2998/PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: F&A Gráfica e Editora

O Supremo Tribunal Federal e o reconhecimento jurídico da União Homoafetiva

Maria do Socorro Targino Praxedes,
advogada

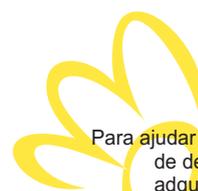
*“Grandes avenidas ainda se
abrirão por onde passará o Homem
livre!”*

Salvador Allende

Recentemente a Suprema Corte decidiu sobre os efeitos jurídicos da união entre pessoas do mesmo sexo, a União Homoafetiva. O STF fixou que a decisão tem eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, ou seja, os termos da decisão hão de ser obedecidos por todos e de maneira obrigatória. A Suprema Corte rasgou a venda de Thêmis - Deusa da Justiça - e deu uma lição à sociedade. Demonstrou que o Direito não está acima da Justiça. Vimos que este foi mais um tema controvertido e ideologicamente polêmico onde o Supremo se mostrou progressista. A homossexualidade é um assunto que, como disse Maria Helena Diniz, é “complicado de se abordar”, assunto que ninguém gosta de falar. Escrever e publicar então, nem pensar. Na minha ótica, essa omissão só demonstra que o preconceito é uma barbárie dentro das instituições política, jurídica e acadêmica, espaços de poder de persuasão, conscientização e construção do pensamento doutrinário. A falta dessa construção teórica e científica enfraquece as pré-compreensões que, agregadas à hermenêutica facilitariam uma melhor interpretação dos fatos sociais para o mundo jurídico. A ausência dessa construção jurídica doutrinária é um dos fatores preponderantes para que os vários Tribunais de nosso país emitissem decisões dissonantes, ora justas, ora injustas, a revelar o perfil preconceituoso dos nossos julgadores. Sem falar que o legislativo federal é o retrato de nossa sociedade com suas crenças, sentimentos, fé e enormes diferenças ideológicas. Os fatos sociais são fontes e nascedouros da profusão de normas, regras e princípios. Das massas fermentadas pelo desejo de felicidade e justiça, nasceu a nossa Constituição

“ “ A Suprema Corte rasgou a venda de Thêmis - Deusa da Justiça - e deu uma lição à sociedade”

Cidadã em 1988. Hoje, cheia de remendos pelos reclamos da sociedade, somada a luta por direitos pela sociedade civil organizada, tem sido responsável por várias conquistas. Os relacionamentos “homoafetivos” são atos sociais que foram tutelados aos poucos, graças à luta incansável do movimento LGBT e de Defensores dos Direitos Humanos que deram visibilidade à causa com seus anseios de liberdade e justiça. A luta por direitos iguais está assegurada na nossa Constituição, que defende e assegura os Princípios da Dignidade Humana, Liberdade e Igualdade. Mesmo faltando uma regulamentação normativa para tamanha polêmica, o Judiciário deu a sua resposta para um clamor que há tempos não calava. O que mudará na vida dessas famílias? Quais os deveres e obrigações que assegurarão os direitos dos casais homossexuais? O Supremo “deu uma aula de educação a nossa sociedade” como um todo. A luta é continua porque ainda resta derrubar barreiras no Congresso Nacional, onde a bandeira fundamentalista e preconceituosa continua hasteada. O próximo passo será criminalizar a homofobia porque “cada rosto é um milagre”.



Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na

Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

“Precisamos de outras Dorothys e Margaridas”, afirma irmã de Dorothy Stang

No finalzinho de tarde do dia 15 de abril, amigos e familiares de pessoas assassinadas se reuniram em frente à casa da mãe da jovem Aryane Thaís Carneiro, morta em 2009, para caminhar por justiça. Dentre os participantes, Julia Stang, irmã da militante Dorothy Stang, assassinada em fevereiro de 2005. No meio da comoção, Julia conversou com o Falando D'hireito sobre a luta de Dorothy pelos direitos dos trabalhadores brasileiros na região Transamazônica, no Pará. Este trabalho começou ainda na década de 70. "Dorothy queria terra para o povo, queria - e lutava - por um mundo melhor", ela afirma, também militante no mesmo estado. Mesmo tendo recebido várias ameaças de morte, Dorothy não se intimidou e chegou a afirmar que não iria fugir ou abandonar a luta. Esta fala determinada e cheia de força é

Os 28 anos de impunidade do Caso Margarida Maria Alves

Mesmo tendo se passado quase 30 anos da morte de Margarida, é necessário manter na memória que o crime continua impune. Abordada por pistoleiros na porta de sua casa em Alagoa Grande, Margarida foi ferida mortalmente no rosto por um tiro de espingarda calibre 12. Toda a ação foi presenciada por seu filho pequeno e por seu marido. Mesmo após a identificação dos envolvidos, a justiça não foi feita. Zito Buarque, acusado de ser o mandante, chegou a ser levado à julgamento, mas não foi condenado. Este crime, que teve repercussão internacional em diversas esferas de defesa dos Direitos Humanos ainda mancha a justiça brasileira.

bastante semelhante à de Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 pelos mesmos motivos: a defesa dos direitos dos trabalhadores, sobretudo os rurais. Por este motivo, Julia afirma que estas duas mulheres irão continuar na memória dos brasileiros e do mundo, e são exemplos de determinação para a sociedade continuar a lutar pelas reformas necessárias ao país. Ela também defende o lema "terra para todos" e afirma: "Essas pessoas que trabalham em condições tão precárias tem coragem para viver e passam essa coragem para todos nós que trabalhamos junto com eles, para a preservação dos direitos deles. Por isso, não vejo distinção entre Dorothy e Margarida: eram duas mulheres trabalhadoras, que acreditavam no povo. Eram mulheres simples. Precisamos de outras Dorothys, de outras Margaridas, para continuar o sonho", ela afirmou, emocionada, enquanto os (as) participantes da caminhada se preparavam para uma oração.

Julia arrematou a conversa, dizendo que "enquanto a lei não mudar, a impunidade vai permitir muitas mortes, esses crimes vão continuar. E não são só crimes contra pessoas que lutam para defender os mais necessitados, são crimes contra pessoas normais, como é o caso de muitas que estão aqui. Não podemos deixar essa matança continuar". Ela também falou do Comitê Dorothy, grupo formado por diversos (as) participantes de entidades religiosas ligadas à luta pelos direitos do povo da região amazônica. O objetivo do Comitê Dorothy - nascido da luta da Irmã - é exatamente o de tentar solucionar os diversos problemas rurais. Imediatamente, Julia se reuniu aos participantes, falando brevemente sobre a preservação da memória de todos (as) e



Julia Stang durante a caminhada pela paz, como representante do Comitê Dorothy



puxando uma oração emocionada em homenagem às vítimas representadas ali.

A caminhada, que contou com o apoio da Fundação na divulgação, através de Rosa Holmes, aluna do Curso de Juristas Populares que luta por justiça pelo assassinato de seu filho, em 2005, seguiu para a Igreja do Rosário, em Jaguaribe, para a celebração da missa de um ano do falecimento de Aryane. A caminhada, organizada por sua mãe, Hipermestre Carneiro, seguiu silenciosa.

Mais uma etapa é vencida no Projeto de Regularização do Jardim Laranjeiras



Medição das casas foi mais rápida que o programado

A parte mais trabalhosa do Projeto de Regularização do Jardim Laranjeiras, o Programa Papel Passado, finalmente chegou ao fim. O cadastramento dos (as) moradores (as) e a medição de cerca de mil casa levou menos tempo que o esperado. De acordo com Kléber Oliveira de Mesquita, coordenador de campo da CadastralGeo, empresa responsável pela supervisão do levantamento topográfico e do cadastro sócio-econômico, foi necessária a contratação da Unisigma, Empresa Júnior do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Kléber, que é graduado em ciências agrárias, já tem experiência no trabalho e conta que a parceria foi tranqüila e que os (as) moradores (as) foram bastante solícitos.

Para auxiliar na cópia dos documentos necessários para o cadastro, foi disponibilizada uma copiadora, na sede da Associação de Moradores, no intuito de agilizar o processo. Kléber contou que, por causa do trabalho estar sendo realizado em horário comercial, muitas casas estavam vazias. “Deixamos o contato com os

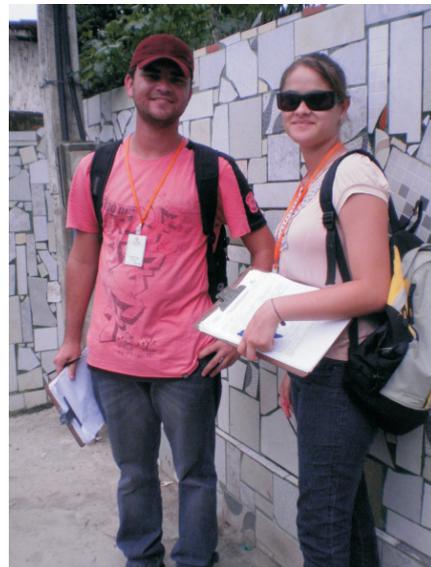
vizinhos, para que avisassem a essas pessoas da nossa visita. Assim, ninguém será prejudicado”. Cerca de 200 residências necessitarão de uma nova visita, que será anunciada com antecedência.

A própria metodologia adotada pela CadastralGeo e pela Unisigma já inclui a marcação, em um mapa, das quadras e lotes visitados. No entanto, o terreno acidentado e os muitos becos da Comunidade do Jardim Laranjeiras dificultaram o acesso à alguns lugares, mas toda extensão da área a ser regularizada será cadastrada.

As atribuições dos (as) cadastradores (as) envolvem a aplicação do questionário, a medição dos lotes e dos terrenos, seguindo a realidade em que viva cada família. Ao término do levantamento, a CadastralGeo será a responsável pelo processamento dos dados, utilizando um software específico. Éverton Volnei da Silva Costa, da Unisigma, contou que foi necessário convocar outros 6 estudantes além dos 14 associados à Empresa Júnior para a realização deste trabalho, que é o primeiro. A empresa foi instituída recentemente e é formada por alunos do 2º ao 6º período de três cursos diferentes



Kléber instrui os (as) cadastradores e auxilia nos trabalhos



Éverton Volnei da Silva Costa e outra coordenadora da Unisigma

do IFPB: Geoprocessamento, Tecnologia de Sistemas e Administração.

Éverton ficou animado com o tempo levado para o cadastramento das 17 quadras assistidas pelo projeto: “O cálculo era de aproximadamente dois mil imóveis, mas não deve passar dos mil, de acordo com o que já foi levantado. Nosso trabalho estava dividido em 8 semanas, mas, em pouco mais de 15 dias teremos chegado ao fim”. Ele também frisou que os alunos estão sendo

remunerados e estão se dedicando para concluir o trabalho antes do tempo combinado. “Acho que a imagem da Unisigma sairá fortalecida desta nossa primeira experiência”. As cerca de 200 casas que precisarão ser revisitadas devem ser inclusas no cronograma de atendimento das

duas outras quadras restantes.

Educação Ambiental marca atuação da Rede de Juristas na defesa do Meio Ambiente



A Rede em Ação: Oficina de Atualização e Capacitação Jurídica sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Oficina de Educação Ambiental e Sabão Ecológico no Alto do Mateus e Oficina sobre Reciclagem com integrantes da Coremm (Cooperativa de Reciclagem do Marcos Moura).

Preservar o Meio Ambiente. Este foi o tema escolhido para o trabalho da Rede de Juristas Populares no triênio 2010-2013, e que está sendo reforçado no ano de 2011. Desde o início deste semestre, a Rede já foi chamada para realizar atividades de conscientização ambiental em diversas escolas da rede Municipal e Estadual em cerca de seis bairros da grande

João Pessoa e Bayeux. A principal linha de ação para a educação ambiental é a reciclagem, sobretudo a dos resíduos líquidos como o óleo de cozinha,

A receita do sabão ecológico, feito com o óleo de cozinha usado, é o que mais tem chamado a atenção. A possibilidade de preservação da natureza parece se tornar ainda mais interessante quando aliada à economia, aspecto que José Marcos Salgueiro, coordenador da Rede de Juristas, considera mais importante na hora do aprendizado: “Quando conseguimos aliar a preservação do Meio Ambiente com a geração de renda, as pessoas ficam mais interessadas. Isso acontece não só porque estão querendo somente o dinheiro, mas porque tudo o que é

mais saudável realmente demanda mais trabalho e dedicação”.

Mas a Rede de Juristas não se resume ao sabão ecológico: preocupados com o tratamento destinado aos outros tipos de resíduos, os (as) Juristas propuseram a realização de uma Oficina de Atualização e Capacitação Jurídica exclusivamente sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que foi esclarecido pela professora Luiza Cirne, da Universidade Federal de Campina Grande, que apresentou também diversos usos dos materiais coletados pelos envolvidos nos projetos ambientais que coordena.

A importância da

separação correta do lixo foi abordada na oficina ministrada para os (as) integrantes da Cooperativa de Catadores de Lixo Reciclável de Marcos Moura, a COREMM, e também para a ACAMPAR (Associação dos Catadores (as) de Material Reciclável de Paratibe) que, recentemente, foi contemplada com a aprovação de um projeto de capacitação e desenvolvimento através da Fundação Banco do Brasil. No entanto, um dos alvos mais importantes da atuação da Rede de Juristas Populares, a Mata do Xemxem, em Bayeux, tem sido motivo de problemas. Antes, sede de ações como a Caminhada Ecológica e o Plantio de Mudanças Nativas, tem sido cada vez mais alvo de depredação e descaso. A coordenação da Sudema, órgão responsável pela manutenção da Mata, está exigindo um tipo de autorização especial para a realização destas atividades. No entanto, a Rede só tem contribuído ao realizar, na verdade, um trabalho que é de responsabilidade da própria Sudema.

Já foram realizadas três reuniões com o órgão para tentar obter a autorização para voltar a intervir na preservação da Mata do Xemxem. A última, no início do mês de junho, aconteceu na Associação de Mulheres da Comunidade Aratu e contou com a presença de outros órgãos de proteção ao Meio Ambiente e reciclagem do lixo. Na ocasião, foi discutida a criação do Conselho da Mata do Xemxem, onde a Fundação, através da Rede de Juristas Populares, teria um assento junto à outras entidades públicas e privadas. A Sudema propôs que a articulação e criação do Conselho fosse finalizada em 20 dias desde a data da reunião, resultado que a Fundação aguarda com ansiedade. Este impedimento tem sido prejudicial para a atuação do Núcleo de Juristas Populares de Bayeux, já que as atividades na mata são as mais importantes do seu calendário.

Fundação e Sedup levam Curso de Juristas Populares para Guarabira



Diversas entidades compareceram à abertura do Curso de Juristas Populares em Guarabira e conheceram seu funcionamento

Com a presença de 32 pessoas, vindas de aproximadamente 10 entidades de defesa de diversos aspectos dos Direitos Humanos, teve início, no mês de maio, a primeira versão do Curso de Juristas Populares em Guarabira. Sob a coordenação do Serviço de Educação Popular (SEDUP) e do advogado Rodrigo Paredes, foi possível articular as entidades interessadas. Esta primeira versão interiorizada do Curso será um pouco menor que a realizada em João Pessoa, como

uma versão piloto. Em seu calendário, estão previstas três Oficinas e quatro Módulos, cada um organizado tanto pela Fundação quanto pelo SEDUP. Como de costume, as equipes de trabalho das duas entidades apresentaram o projeto do Curso, salientando os benefícios e os compromissos de cada parte. Anna Izabella Chaves Alves, advogada responsável pelo Curso de Juristas em João Pessoa há mais de 5 anos, contou um pouco da sua experiência com a Educação Jurídico Popular e de como o Curso tem funcionado nestes 11 anos de existência. Além da apresentação formal da Fundação, da apresentação dos orçamentos e da assinatura dos Termos de Compromisso, também foi possível conhecer a diversidade dos assuntos que merecerão prioridade.

só pode ser realizada quando da aceitação da Fundação Interamericana (IAF) para custeio do Curso de Formação de Juristas Populares no biênio 2010-2012. Amy Kirschembaum, responsável pelos projetos da IAF na América do Sul, sugeriu que a Fundação adicionasse um elemento diferencial no projeto, e foi então que a realização desta parceria com o SEDUP finalmente se tornou possível.

Para Rodrigo Paredes, advogado responsável pela condução do Curso em Guarabira, a chance de interiorizar os conhecimentos passados pela Fundação nestes 11 anos de Curso de Juristas é ímpar pela possibilidade de espalhar os conhecimentos, coisa que não aconteceria em outra situação. Ele afirma que capacitá-las para que se tornem agentes multiplicadores (as) é a principal retribuição para o trabalho. O Curso já concluiu as Oficinas com a de Políticas Públicas e Controle Social e já contou com a presença de diversos profissionais convidados. Os (as) cursistas tem participado ativamente das atividades, mesmo tendo de enfrentar algumas horas de viagem para chegar à Guarabira. A turma é composta de pessoas oriundas de Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba, e arredores.

Como parte da metodologia da Fundação, cada participante foi convidado (a) a se apresentar e a falar um pouco sobre o trabalho da entidade que estava representando e dos assuntos que julgava serem mais importantes. É através destes dados que o Curso é estruturado, dando mais ênfase nos tópicos citados pelos (as) cursistas.

A parceria entre a Fundação e o SEDUP já era imaginada há algum tempo, mas

Acontece

Julho

16 - 3ª Ciranda de Direitos;
Entre 18 e 22 - Visita às Curadorias
Entre 25 e 29 - Visita aos Juizados Especiais
30 - 4ª Ciranda de Direitos



Agosto

08 - Aniversário da Fundação
13 - Avaliação do Curso de Juristas Populares
19 - Formatura do Curso de Juristas Populares

Setembro

Inscrições para a 12ª edição do Curso de Juristas

Acompanhe a Fundação nas Redes Sociais!

- @FundacaoMMAlves
- Fundação Margarida Maria Alves
- Fundacao Margarida Maria Alves